



---

## A Presença do Banco Nacional Ultramarino na Índia

Em 1868, o **Banco Nacional Ultramarino**, de acordo com o instituído com o Estado Português e em consonância com os seus estatutos, inaugurava uma filial em **Nova Goa** (atual Pangim)<sup>1</sup>, capital dos territórios do **Estado Português da Índia**.

A partir do momento em que se estabeleceu nesse território, o Banco teve como duplo objetivo, por um lado, tomar medidas destinadas a incrementar a economia da colónia e, por outro, fomentar ações que se traduzissem na melhoria de vida dos seus habitantes.

Em 1870, todos os funcionários e pensionistas do Estado que antes recebiam os seus vencimentos pelo cofre do **Ministério da Marinha** passaram a recebê-los no BNU, procedimento que se veio a revelar bastante útil para estes cidadãos. No ano seguinte dava-se a primeira notícia de revolta militar na Índia, tendo o Banco posto à disposição do **Governo de Sua Majestade de Portugal** a quantia de noventa contos de réis. Não obstante, o Governo de Portugal não viria a necessitar de tal crédito.

O acordo de 1872 entre o BNU e o Governo, relativo ao fornecimento de fundos às estações navais, igualmente se veio a revelar da maior importância, dada a mais-valia que trouxe para o comércio naval em Goa e para o comércio ultramarino português em geral. É de realçar neste domínio a constante chamada de atenção de várias instituições públicas e privadas para o prejuízo que acarretava para o intercâmbio entre Lisboa e Goa a falta de navegação direta entre ambas. O relatório e contas do BNU de 1874 faz alusão a esta temática, desejando um melhor enquadramento económico-social para região: “*Com o estabelecimento da **carreira dos vapores**, que dentro em pouco começará as suas viagens de escala por este*

---

<sup>1</sup> Pangim, oficialmente Panaji e antigamente chamada Nova Goa, é a capital do estado de Goa e do distrito de Goa Norte.



---

*porto, confio que as transações nesta agência tenham mais desenvolvimento. Há alguns anos a esta parte, nem uma só embarcação de vela a vapor navegava entre Portugal e a Índia Portuguesa”.*

No entanto após 1875 começaram a aumentar as operações na agência de Goa. “As comunicações a vapor começam a chamar a atenção do comércio, e as relações com a metrópole e com a Índia Inglesa, permitem esperar gradual mas progressivo desenvolvimento comercial”

O ano de 1877 seria um ano marcante para o BNU. Deu-se a inauguração de uma nova filial em **Nova Goa** e de outra em **Bombaim**, da qual se encarregava a **filial do Comptoir**

**d'Escompte, de Paris**. Esta agência era fulcral para o desenvolvimento das relações comerciais entre a sucursal do Banco em Moçambique e a Índia Inglesa. Também em **Áden** o Banco estabelecia correspondentes, os Srs. Cowasjee Dinshaw & Irmãos, em Steamer Point. Todas estas agências e correspondentes desempenhavam um papel fulcral nos empréstimos sobre penhores, realizando transferências entre aquelas agências, Moçambique e Lisboa.

Nos anos subsequentes aumentaram consideravelmente as transações cambiais entre a filial de Nova Goa e Bombaim devido à construção do caminho-de-ferro de **Mormugão**<sup>2</sup>. Em 1883 o Banco Nacional Ultramarino concedeu a título de empréstimo a importância de 58:000\$000 réis por suprimento à Junta da Fazenda, exigido em parte pelo progresso dos trabalhos no **caminho-de-ferro de Mormugão**. Esta obra era considerada de importância vital para o desenvolvimento da região, dado as operações bancárias serem até à data diminutas em virtude do pequeno movimento comercial e do atraso da agricultura.

Na entrada do século XX, mais concretamente em 1906, foram as dependências ultramarinas do BNU investidas nas funções de “**Caixa do Estado**”, tendo a filial de Nova Goa começado a por em circulação as suas notas.

---

<sup>2</sup> Mormugão é uma cidade portuária, sede da municipalidade do mesmo nome, no distrito de Goa Sul.



---

Em 1915, o ministro de Portugal em Londres recebeu um memorandum do diretor da “**West of India Portuguese Guaranteed Railway C<sup>a</sup>, Limited**”, sobre a conveniência de estabelecer um banco em Mormugão. Dizia o memorandum que o incremento do tráfico para Mormugão se tinha acentuado desde que a companhia se propôs introduzir embarques diretos para a Europa e que a falta de um banco tinha criado dificuldades aos armadores e pequenos exportadores pela impossibilidade de obterem dinheiro para as suas transações. Segundo o parecer das estações oficiais da Índia, o estabelecimento de uma agência do BNU, aumentaria consideravelmente o movimento comercial do Porto.

Em concordância, o **Ministério das Colónias** expunha à consideração da gerência do BNU o convite para estabelecer a referida agência que acreditava ser de interesse, não só para o próprio território, mas também para o próprio Banco.

Em ofício de 15 de Setembro de 1915, o BNU informava o Governo Português nos seguintes termos: “ *Temos muito prazer em ser agradáveis ao Governo, satisfazendo os desejos do Governo e de V. Excelência., estamos dispostos a estabelecer uma **agência privativa em Mormugão**, em substituição do agente que ali temos, para o que vamos dar os passos necessários*”.

Em ofício de 16 de Janeiro de 1916, a Filial de Nova Goa informava a gerência do BNU em Lisboa de que o Governo tinha dado autorização para as reparações de que carecia a divisão da casa da alfândega de Mormugão, que era cedida para escritório da nova agência. A agência viria a ser inaugurada em 15 de Maio de 1916. No dia seguinte, a filia de Nova Goa reportava que “... *lá está a funcionar numa casa que não é grande, mas está decentemente instalada e no melhor sitio que se poderia instalar. O gerente que há-de instalar-se também numa casa do Governo, logo que terminem as obras, fica bem acomodado e a cinco minutos da agência, estando portanto em boas condições para atender ao serviço dos vapores se se vierem a conseguir as agências*”.

Nos anos vindouros, o BNU sentiu a necessidade de estabelecer uma representação própria em **Bombaim**, devido às íntimas relações comerciais de longa data



---

existentes entre Goa e a Índia Inglesa, na qual havia uma colónia portuguesa de cinquenta mil habitantes. O Banco viria a realizar este intento em 1919.

Três anos depois, em 1922, o Banco Nacional Ultramarino inaugurou uma agência em **Margão**<sup>3</sup>, a segunda maior cidade do estado de Goa - embora em 1933 tal agência ter passado a subagência, ao se reconhecer que não se justificava manter a primeira categoria.

O BNU tinha diversos correspondentes em **Mapuça**<sup>4</sup> desde 1916 e em 1926 mudou-se para um edifício próprio de construção antiga, o que se traduziu num encargo de 180. 000 rupias.

Um ano mais tarde, no dia 28 de Abril de 1934, a filial de Bombaim mudou as suas instalações para Patel House, em Church Gate Street.

Os anos 50 do séc. XX foram de grande efervescência na história do Banco Nacional Ultramarino na Índia.

Em 1952 os rendimentos dos títulos de crédito baixaram de esc. 6 716 381\$52 para esc. 4 743 723\$68. A principal causa foi o facto de o Conselho de Administração do BNU ter previsto que a **União Indiana** retiraria a autorização para o Banco atuar em Bombaim e, conseqüentemente, ter resolvido liquidar a Filial nesta cidade. Efetivamente nesse ano foi recusada a licença para a filial continuar a sua atividade em Bombaim, conforme comunicação feita pelo **Reserve Bank of Índia**, nos seus ofícios nº. 5295/C.249/52, 5302/C.249/52, de 06 de Setembro.

Em 1953, o Ministério do Ultramar agradeceu ao Conselho de Administração do BNU a atenção que tinha sido prestada às suas sugestões quanto ao financiamento

---

<sup>3</sup> Margão é a segunda maior cidade do estado de Goa, na Índia, constituindo a sede do distrito de Goa Sul.

<sup>4</sup> Mapuça é uma cidade do estado de Goa, na Índia. Situa-se 13 km a norte da capital do Estado, Pangim, no distrito de Goa Norte.



---

das empresas e **explorações mineiras** do Estado da Índia, as quais constituíam um dos mais importantes fatores da economia daquela província.

Neste mesmo ano, deu-se a chegada de um técnico enviado pelo Ministério do Ultramar para estudar as **minas de manganés e ferro** que tão abundantes eram naquele território, as quais, até à data e lamentavelmente, tinham sido exploradas quase na totalidade por capitais estrangeiros, recebendo os concessionários locais apenas uns insignificantes “royalties”.

Apesar de o Banco sublinhar na sua correspondência com o Ministério do Ultramar que a sua atividade era essencialmente a de banco emissor e comercial e não de fomento, o Banco Nacional Ultramarino, recebeu reiterados pedidos do Ministério para fomentar e capitalizar a indústria mineira em Goa, aos quais o Banco deu seu o seu aval positivo.

Ampla prova disto faz um ofício recebido do Ministério do Ultramar em 1953, o qual transcrevemos: “ *Pela informação prestada a V. Excelência., pelo Sr. Comissário do Governo, em ofício nº. 307, verifico que o BNU reconhece a capital importância que, para a economia de Goa, a indústria mineira, pedindo mais uma vez a colaboração do Banco nesta dinâmica*”.

O Banco aceitou este ónus do Governo de Portugal e foi um dos intervenientes na formação de uma sociedade de capitais nacionais para a exploração de importantes jazigos de ferro e manganés situados no **concelho de Sanguem**<sup>5</sup>, os quais continham alto teor de óxido de ferro (61%) e de manganés (50% a 55 %). Assim, em Dezembro de 1953 era criada a **Brigada Geológica Mineira do Estado da Índia**, para exploração destes jazigos, intimamente relacionados com as formações laterícias<sup>6</sup> de Goa.

---

<sup>5</sup> Sanguem é uma cidade e um conselho municipal no distrito de Goa Sul.

<sup>6</sup> Formações superficiais ou subsuperficiais ferruginosas e aluminosas endurecidas, que se formam em regiões tropicais ou subtropicais.



---

A partir da invasão dos **enclaves de Nagar-Aveli e Dadrá**<sup>7</sup>, em 1954, assiste-se ao começo de um verdadeiro bloqueio económico aos territórios da Índia Portuguesa por parte da União Indiana.

Em 1955, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Paulo Cunha, visitou o Estados Unidos da América do Norte, assinando uma declaração em que se reconhecia serem os territórios da Índia Portuguesa províncias de Portugal. Em 1957, e para o mesmo efeito, Portugal recorreu ao **Tribunal Internacional de Haia**, o qual legitimou a tese portuguesa, sendo certo que a União Indiana não aceitava nem a competência nem as decisões do referido órgão internacional.

Ainda neste ano, apesar dos referidos conflitos diplomáticos, o Ministério do Ultramar mostrou desejo de que o Banco Nacional Ultramarino facultasse condições financeiras ao Estado da Índia para a aquisição de aviões que facilitassem o intercâmbio com o Paquistão e até com o Portugal europeu, pelo que o BNU efetuou àquele Estado um **empréstimo** de 40.000 contos ao juro de 2% reembolsável em 7 anuidades a partir de 1957.

Chegados a 1959, e não obstante o ano agrícola não ter sido favorável, a situação económica da colónia podia considerar-se satisfatória, com a balança comercial a apresentar saldo positivo - para o que muito contribuía os novos acréscimos de produção conseguidos nas indústrias mineiras.

Em 1960, o Ministro da Presidência de Portugal visitou o Paquistão e o Estado da Índia para onde o Governador do BNU se deslocou a fim de, em representação do Banco, o acompanhar. Neste ano foi inaugurada em 01 de Junho, a **subagência de Damão**<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Em 1783, Nagar-Aveli foi cedida aos portugueses, como compensação pelo afundamento de um navio português pela marinha maratha. Posteriormente, em 1785, o Império Português comprou Dadrá, inserindo-a no Estado Português da Índia. Foi a primeira colónia a desmembrar-se do Império pela ocupação da União Indiana, em 1954.

<sup>8</sup> Damão é uma cidade da Índia, tendo sido sede de distrito do antigo Estado Português da Índia.



---

Foi a partir de 17 de Novembro de 1961, data em que se verificou um pequeno incidente com um barco mercante indiano nas **águas territoriais de Anjediva**<sup>9</sup>, que se tornou evidente a possibilidade de uma ação armada contra os territórios portugueses situados na Índia.

No dia 12 de Dezembro de 1961, o **gerente da filial do BNU em Nova Goa, Jorge Anastácio**, foi chamado ao **Palácio do Idalcão**, onde o Chefe de Gabinete do **Governo-Geral da Índia Portuguesa** o instruiu no sentido de transportar no vapor “Índia” apenas os valores do Banco que fossem transferíveis, pagar os vencimentos aos funcionários do Estado e procurar salvar quaisquer valores - instruções essas que o gerente do BNU, transmitiu de imediato às restantes dependências do Banco Nacional Ultramarino. Ainda nesse dia, ao anoitecer, **Jorge Anastácio** avistou-se com o próprio Governador-Geral, que o instruiu das diligências a efetuar em caso de invasão: a queima de notas, a salvação de valores, etc.

No final desse mesmo dia, na filial de Nova Goa encaixotaram-se valores, os quais foram transportados num camião da Junta do Comércio Externo para **Mormugão**, a fim de serem embarcados no “Índia”. Os funcionários da filial só regressaram a Nova Goa depois de tudo concluído, cerca das 2 horas da madrugada de 13 de Dezembro de 1961.

Pelo vapor “Índia” seguiram assim os valores da filial de **Nova Goa** e a correspondência de **Mapuça**, que estava à sua guarda. Tais valores, compreendidos em **14 caixotes**, foram juntos a mais **5 caixotes** das dependências de **Mormugão e Margão**, indo os 19 caixotes totais no paiol das munições do “Índia”, um pequeno compartimento na proa do navio, isolados de toda e qualquer outra carga.

O Governador-Geral do Estado da Índia tinha ordenado a evacuação da filial de Mormugão, impondo o embarque para Lisboa, no vapor “Índia”, da mulher e da filha do gerente e a remessa para a sede em Lisboa, por intermédio do capitão do vapor,

---

<sup>9</sup> Anjediva é uma pequena ilha costeira do Mar Arábico, com 1,5 km<sup>2</sup> de área, sem população residente, parte do Estado de Goa, tendo feito parte do Estado Português da Índia até 1961.



---

de determinados documentos de escrita e valores. O gerente conseguiu cumprir a tarefa.

No dia 17 de Dezembro de 1961, a gerência da filial de Nova Goa tomou conhecimento de que as tropas indianas haviam ocupado os postos fronteiriços e que as tropas portuguesas haviam abandonado as suas posições nas fronteiras perto da correspondência do BNU de **Mapuça**. Em caso de ataque, Mapuça ficaria mais exposta ao ataque indiano do que Goa. Nesta conformidade, o gerente do BNU foi imediatamente dar disso conhecimento ao Gerente Geral da Colónia, e pedir-lhe instruções sobre o que se deveria fazer com os fundos existentes na correspondência de Mapuça, porque tinham como quase certa a invasão das tropas indianas. O Gerente Geral ordenou que fossem ao local na companhia do Chefe de Serviços, Sr. Luís da Silva Rosa, e que trouxessem todo o saldo em notas que lá existia. Imediatamente deram cumprimento às ordens recebidas, deslocando-nos a Mapuça, onde foi conferido o saldo o qual, metido numa mala de zinco, foi trazido para Nova Goa e metido na Casa Forte da filial.

No dia 18, deu-se a **invasão** generalizada dos territórios da Índia Portuguesa, tendo o gerente do BNU sido instruído pelo Governador-Geral para iniciar a **queima das notas** existentes na filial de Goa e, de seguida, encerrar o Banco.

Também **Damão** foi despertada às 4 horas de madrugada do dia 18 por um intenso e contínuo tiroteio ao longo da fronteira de Damão Pequeno. O bombardeamento da cidade pelos aviões e pela artilharia pesada continuou durante todo o dia 18 e até às 08h e 30m do dia 19, hora em que foi assinada a rendição.

Imediatamente a gerência da agência foi apresentar-se às autoridades indianas pedindo proteção para os valores do Banco. Satisfazendo o seu pedido, o edifício esteve permanentemente sob guarda militar indiana, desde a noite do dia 19 até dia 27, data em que deixaram Damão.



---

O relatório e contas do BNU de 1962 argumentava que Portugal era acusado injustamente de praticar um colonialismo obsoleto nos territórios da Índia Portuguesa.

Defendia que “...no **Estado Português da Índia**, a grande maioria das **funções administrativas eram desempenhadas por goeses**, as principais indústrias, nomeadamente a mineira, eram pertença de naturais e o comércio, bem como a agricultura, estavam nas suas mãos.”

Era com alguma tristeza que o relato finalizava, com as seguintes palavras: “**Consumada a invasão da Índia Portuguesa**, foram ali encerradas as nossas dependências, sem que houvesse possibilidade de atualizar elementos de escrita.”

**Miguel Costa**  
**Maior de 2016**